

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de 90 licenças perpétuas de canais SBC (Session Border Controller) TE-Systems/Anynode, incluindo serviço de instalação, para ampliação da quantidade de licenças existentes vinculadas à infraestrutura Alcatel Lucent do MPRS.

1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.3. A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

1.4. Os bens a serem adquiridos são:

- ☐ Itens de patrimônio
- ☒ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

1.5. prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, a contar do empenho da despesa.

.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

2.1. Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, em razão de a contratação se enquadrar no inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021

2.2. Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

2.3. Marca(s) ou modelo(s)

- ☐ Não há indicação de marca/modelo (regra).
- ☐ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.
- ☒ Há indicação de marca/modelo.

- **Licenças de canais SBC TE-Systems/Anynode**

As licenças adicionais deverão ser do mesmo fabricante e modelo das já existentes, a fim de manter a padronização e perfeito funcionamento do sistema;

- ☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

## **2.4. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO**

O objeto que se pretende contratar deverá conter as seguintes características:

- 2.4.1. Aquisição de 90 (noventa) licenças SIP do tipo Standard License (com habilitação de G.722 e Opus) para atualização do SBC (Session Border Controller) TE-Systems/Anynode, incluindo fornecimento de chave de ativação, documentação técnica, garantia de atualização e suporte técnico
- 2.4.2. Devem ser instaladas e configuradas para funcionamento com os entroncamentos SIP da empresa de telefonia Oi na infraestrutura Alcatel-Lucent existente no MPRS.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1.1.Os entroncamentos de voz (E1s) são a espinha dorsal para o funcionamento da infraestrutura de telefonia fixa do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), pois são os únicos canais fixos de voz para TODOS os prédios da instituição.

A operadora Oi, fornecedora exclusiva desses serviços de telefonia fixa para o MPRS, vem tendo dificuldades de manter a rede física desses entroncamentos, em virtude de vandalismo, o que causa interrupções dos serviços de telefonia fixa em muitas localidades por vários dias. Essas interrupções são inaceitáveis para a manutenção da comunicação entre os cidadãos e o MPRS.

A operadora Oi, diante das dificuldades mencionadas, vem migrando sua infraestrutura física de entroncamentos E1 para entroncamentos digitais SIP, que funcionam em nuvem, o que reduz drasticamente a descontinuidade dos serviços. O MPRS, reciprocamente, tem necessidade de efetuar essa migração para garantir a qualidade mínima dos serviços de telefonia fixa;

Está em fase final de operacionalização o projeto-piloto para migração do entroncamento E1 do prédio do palácio do MPRS para entroncamento SIP. Após o projeto-piloto, está prevista a migração dos demais entroncamentos E1 da instituição, que são:

Localidade	Número E1s (30 canais)	Ramais DDR	Prédios atendidos
PORTO ALEGRE	4	2000	SEDE INSTITUCIONAL E TODAS AS PROMOTORIAS DA ÁREA 51
PORTO ALEGRE	2	500	SEDE ADMINISTRATIVA
PORTO ALEGRE	1	50	PALÁCIO DO MPRS
PORTO ALEGRE	1	100	CEAF
PORTO ALEGRE	2	600	SANTANA/VESPÚCIO
PORTO ALEGRE	1	300	NIMP
CAXIAS DO SUL	1	150	TODAS AS PROMOTORIAS DA ÁREA 54
BAGÉ	1	150	TODAS AS PROMOTORIAS DA ÁREA 53
URUGUAIANA	2	150	TODAS AS PROMOTORIAS DA ÁREA 55
SANTA ROSA	1	150	TODAS AS PROMOTORIAS DA ÁREA 55

Para essa migração há a necessidade de ampliação das licenças de canais SBC TE-Systems/Anynode já instaladas, hoje em número de 10, para, pelo menos 90 licenças, o que significa o número de chamadas simultâneas suportadas pelo sistema de telefonia Alcatel Lucent, que atende todo o serviço de telefonia fixa no MPRS, já que as 10 licenças existentes são insuficientes.

As licenças adicionais deverão ser do mesmo fabricante e modelo das já existentes, a fim de manter a padronização e perfeito funcionamento do sistema;

A demanda é de necessidade urgente, em virtude dos problemas de descontinuidade que hoje ocorrem com a infraestrutura existente, o que torna diversos prédios incomunicáveis por períodos muito superiores aos aceitáveis;

### 3.2. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO (ESTRATÉGICO/TI E PCA)

Esta contratação está incluída na previsão orçamentária do item 399 do orçamento da DTIC para 2025.

### 3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA

Aquisição integral do objeto

### 3.4. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

☐ Há parcelamento do objeto.

☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

Considerando tratar-se de item único, em pequena quantidade entendemos não ser possível haver parcelamento da solução.

### 3.5. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Permitir o correto dimensionamento do volume de ligações por telefonia fixa com a migração dos entroncamentos físicos E1 para entroncamentos digitais SIP.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. REQUISITOS DO NEGÓCIO

4.1.1. Não serão aceitos itens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável.

4.1.2. As licenças deverão permitir a instalação para funcionamento com os entroncamentos SIP da empresa de telefonia Oi na infraestrutura Alcatel-Lucent existente no MPRS.

4.1.3. As licenças adicionais deverão ser do mesmo fabricante e modelo das já existentes, a fim de manter a padronização e perfeito funcionamento do sistema

### 4.2. REQUISITOS LEGAIS

- Foram verificadas e não existem para o objeto
- Foram verificadas e são as seguintes:

#### 4.3. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Não se aplicam

#### 4.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

A Contratada deverá disponibilizar, automaticamente, atualização e suporte técnico sob demanda da Contratante, durante o período de vigência da licença, sem ônus para a Contratante.

#### 4.5. REQUISITOS TEMPORAIS

- 4.5.1. O prazo para entrega dos bens adquiridos é de 30 dias após a ordem de fornecimento.
- 4.5.2. Local de entrega dos bens: Em caso de entrega por email [equip@mprs.mp.br](mailto:equip@mprs.mp.br) com cópia para o email [adi@mprs.mp.br](mailto:adi@mprs.mp.br).
  - 4.5.2.1. Em caso de entrega física deverá ser enviado para Unidade de Patrimônio e Almoxarifado, situada na situada na Rua Leopoldo Fróes, 86 -Porto Alegre – Floresta - CEP: 90220-090, telefone (51) 32952090 / 32952080.
- 4.5.3. A entrega deve ser efetuada de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h e deverá ser agendada com antecedência mínima de 2 dias úteis .

#### 4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA

Não se aplicam

#### 4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

##### 4.7.1. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

- Foram adotados
- Não foram adotados

Considerando as características do objeto (licenças virtuais) não se vislumbra práticas de sustentabilidade para o caso concreto.

#### 4.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Não se aplicam

#### 4.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Não se aplicam

#### 4.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

4.10.1. O momento da instalação deverá ser acertado com a equipe técnica do MPRS, mediante agendamento e deverá seguir os passos do item 4.14.

4.10.2. A conclusão da instalação deverá ser de até 30 dias após a emissão da ordem de fornecimento expedida pelo contratante.

#### 4.11. REQUISITOS DE GARANTIA DO OBJETO

##### 4.11.1. Garantia/assistência técnica contratual

■ O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis.

□ Há prazo complementar à garantia legal.

4.11.2. Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da empresa.

#### 4.12. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplicam

#### 4.13. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

Não se aplicam

#### 4.14. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.14.1. As novas licenças e os dados de acesso aos serviços de suporte e de atualizações de software deverão ser encaminhados para o e-mail equipamentos@mprs.mp.br.

- 4.14.2. A solução entregue deve ser inteiramente funcional, não sendo aceita solução parcial e/ou solução com necessidade de aquisição de componentes adicionais para o seu correto funcionamento, nem que a solução demande do MPRS recursos ou suporte tecnológico superior ao indicado.
- 4.14.3. As licenças deverão ser instaladas pela contratada no servidor do SBC (session boarder controller) destinado para esse fim.
- 4.14.4. O momento da instalação deverá ser acertado com a equipe técnica do MPRS, mediante agendamento.
- 4.14.5. O prazo de conclusão da instalação deverá ser de até 30 dias após a emissão da ordem de fornecimento expedida pelo contratante.
- 4.14.6. Para aceite definitivo da entrega deverão ser efetuados testes, em conjunto com a equipe técnica do MPRS, comprovando o perfeito funcionamento do bem adquirido tanto qualitativamente quanto quantitativamente. O prazo para estes testes é de 15 dias.
- 4.14.7. O recebimento definitivo se dará em até 15 dias após a comprovação do perfeito funcionamento e da entrega do número total de licenças, com ativação das chaves de acesso.

#### 4.15. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Não se aplicam

#### 4.16. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

#### 4.17. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

Não se aplicam

- 4.18. As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### 5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO**

Não se aplicam

### **6.2. QUANTIDADES MÍNIMAS**

Não se aplicam

### **6.3. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO**

As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### **6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

#### 6.5. SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação

### 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

#### 7.1. FORMALIZAÇÃO:

- ☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato
- ☐ Contrato

#### 7.2. ORDEM DE SERVIÇO:

- ☒ Uma ordem de serviço para todo o contrato
- ☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

#### 7.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.3.1. A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

##### 7.3.2. Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a) A Fiscalização será exercida pela Unidade de Equipamentos da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, por intermédio do servidor Rubens Ricardo Freiburger e, como substituta, pela Servidora Bárbara Brunetto Benites de Mello, ambos com o endereço na Rua Andrade Neves 106/13º andar, Bairro Centro, na Cidade de Porto Alegre, e-mail [equip@mprs.mp.br](mailto:equip@mprs.mp.br), telefone (51) 3295-8050.

7.3.3. O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.3.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotarà no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

#### 7.4. SANÇÕES

7.4.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.4.2. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

### **8.2. RECEBIMENTO**

8.2.1. Haverá recebimento do Objeto conforme abaixo:

- a) **Provisoriamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **Definitivamente**, pelo gestor do contrato, no prazo de até 15 dias úteis após a instalação e ativação das licenças (Item 4.14), mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2.1.1. O recebimento definitivo será realizado após a verificação da qualidade e quantidade dos itens entregues e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) verificar documento dos fiscais técnicos e requisitantes, acerca do cumprimento das obrigações;

8.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### 8.3. PAGAMENTO

8.3.1. Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.1.1. A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Unidade de Apoio Administrativo - Informática

b) Endereço de e-mail: nf-adi@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-8311

8.3.1.2. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

8.3.1.3. A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.1.4. Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.1.5. Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.3.1.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.3.2. Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

■ Não

☐ Sim.

8.3.3. O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo do objeto.

8.3.4. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.5. O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação pro rata die do IPCA.

8.3.6. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.7. O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação pro rata die do IPCA.

#### 8.4. REAJUSTE

8.4.1. Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.4.2. Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.4.3. O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## **9. PROTEÇÃO DE DADOS**

- ☒ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☐ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

## **10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço por item

### **10.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)**

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### 10.3. EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

#### 10.3.1. Amostra

- ☒ Não será exigida amostra.
- ☐ Será exigida amostra.

#### 10.3.2. Catálogo

- ☐ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- ☒ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

#### 10.3.3. Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

#### 10.3.4. Laudos e Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

### 10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ☒ Não será exigida qualificação técnica
- ☐ Será exigida qualificação técnica

#### 10.4.1. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.



- ☐ Visita técnica ou vistoria.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.
- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

#### 10.4.2. Qualificação técnica do subcontratado

- ☒ Não haverá
- ☐ Haverá.

#### 10.5. CONSÓRCIO

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

### 11. ESTIMATIVA DO VALOR

o custo total estimado para aquisição dessas 90 licenças adicionais, incluindo serviços de instalação, é estimado em R\$ 61.684,20 e deverá ser publicizado.